

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008311-21.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Ts Soluções Em Transporte Eirelli-epp**
 Requerido: **Allianz Seguros S/A e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Processo n 1008311-21.2017

VISTOS.

TS SOLUÇÕES EM TRANSPORTE EIRELI-EPP ajuizou a presente **ação de COBRANÇA SECURITÁRIA** em face de **ALLIANZ SEGUROS S/A** e **AT&M ALTA TECNOLOGIA E MÉTODOS**, todos devidamente qualificados nos autos.

Sustenta a autora que é segurada da corrê Allianz (apólices nº 517720163U550000531 e nº 517720163U540000964) e que em cumprimento às cláusulas contratuais, é necessário averbar previamente as mercadorias que serão transportadas por meio do portal eletrônico da correquerida AT&M. Como de praxe, no dia 19/05/2017 encaminhou as averbações necessárias para informar o transporte de uma carga de R\$ 323.628,66. Tal averbação recebeu o nº 1103. Todavia, depois de imprimir o relatório das averbações verificou que faltava justamente a de nº 1103. Ocorre que no dia 21/05/17 referida carga foi parcialmente saqueada, acarretando um prejuízo de R\$ 285.629,66; solicitou o pagamento da indenização e foi surpreendida com a negativa da ré sob o argumento da inexistência da averbação necessária. Ingressou com a presente ação objetivando o pagamento da quantia mencionada.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citada, a corrê ALLIANZ apresentou defesa às fls. 84/113, sustentando falta de interesse processual. No mérito, argumentou que a negativa se deu pela falta de averbação prévia da mercadoria (o ato só ocorreu após o sinistro). Argumentou que o art. 22 do contrato é claro ao dispor que o “não cumprimento da obrigação de averbar todos os embarques (...) isentará de pleno direito a seguradora da responsabilidade de efetuar o pagamento de qualquer indenização”. No mais, pontuou estar agindo de acordo com as normas da SUSEP. Impugnou o valor pleiteado e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 173/179.

Citada, a corrê AT&M contestou às fls. 189/197 arguindo preliminares de ilegitimidade passiva e falta de interesse processual. No mérito, argumentou que atua no ramo de tecnologia e apenas disponibiliza uma plataforma eletrônica para que sejam realizadas as averbações das mercadorias a serem seguradas; pontuou que é contratada da requerida Allianz e não mantém qualquer relação comercial com a requerente. Sustentou que o representante legal da requerente passou por treinamento e recebeu orientação de como proceder nas averbações e que o documento nº 739, que continha a averbação nº 1103, foi recusado por ultrapassar o limite de R\$ 300.000,00, valor cadastrado na apólice. No treinamento foi informado que é obrigação do segurado monitorar as averbações e recusas e que caso necessário deve a seguradora ser procurada para aclarar eventuais dúvidas. No mais, rebateu a inicial, reforçou sua não responsabilidade pelo ocorrido e pediu a improcedência do reclamo.

Não houve réplica.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

As preliminares foram afastadas pela decisão de fls. 218 (irrecorrida – certidão de fls. 218).

As partes foram instadas a produzir provas. A correquerida Allianz pleiteou o depoimento pessoal do representante legal da autora e oitiva de testemunhas. A autora mostrou desinteresse.

O depoimento pessoal foi afastado pela decisão de fls. 226.

A correquerida Allianz peticionou insistindo na oitiva do corretor de seguros da requerente.

Eis o relatório.

DECIDO, antecipadamente, por entender completa a cognição nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A empresa autora ingressou com a presente ação pretendendo a reparação pecuniária pelos prejuízos suportados no tombamento e subsequente “saque” de uma carga, que entende estar “coberta” pelos contratos de seguro firmados com a ré Allianz.

Busca o pagamento de R\$ 285.629,66.

As cópias trazidas a fls. 19/32 e 33/47 reproduzem as apólices 517720163U540000964 E 517720163u550000531.

O sinistro é fato incontroverso.

As rés se opõem ao pagamento argumentando basicamente que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

o autor deixou de proceder a averbação prévia das mercadorias que seriam transportadas.

Inicialmente é de rigor reconhecer a ilegitimidade da corrê AT&M no contexto dos fatos.

A autora busca reparação decorrente de contrato de seguro firmado entre ela e a ALLIANZ. A corrê AT&M tem vínculo com a seguradora.

Eventual defeito na prestação de serviço que assumiu perante a Seguradora (repassar as averbações de cargas) deve ser resolvido entre ambas, caso seja deliberada a condenação.

É o pedido que vincula o juízo e no caso tal pleito diz respeito a ré por força do contrato de seguro.

Já a responsabilidade da ALLIANZ pelo pagamento de indenização não pode ser afastada no caso concreto.

A AT&M admite que a averbação foi lançada em seu sistema; acabou revisada no dia 19/05/2017, pois o valor das mercadorias superavam o contratado na apólice (v. fls. 194).

Ou seja, o embarque foi comunicado tempestivamente pela seguradora.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Apenas não temos nos autos a consulta formal que deveria ter sido feita à seguradora, já que superado o valor garantido, cabendo, assim, a autora participar proporcionalmente na indenização da perda que acabou ocorrendo, ou mais especificamente, se responsabilizar por $\frac{1}{2}$ do que excedeu o valor contratado.

A cláusula 9 do contrato estabeleceu expressamente que o limite da garantia para a relação entre as partes seria de R\$ 3000.000,00 (fls. 23).

E na aludida cláusula constou ainda (expressamente) a seguinte previsão:

Embarques com valor superior ao Limite Máximo de Garantia deverão ser consultados com 48 horas de antecedência ao início do risco, para análise e manifestação da Seguradora sobre a aceitação do risco. Caso o embarque ocorra sem a aceitação formal da seguradora, o Segurado será cossegurador da **diferença, participando proporcionalmente da perda/avarias a título de rateio.**

Na realidade, o prazo de 48 horas referia-se apenas à apuração pela seguradora a respeito da aceitação, ou não, do risco de cobertura sobre o eventual valor excedente, ou seja, que ultrapassasse o montante já previsto no contrato.

A apólice não previa a necessidade de análise pela seguradora, caso a carga declarada tivesse valor menor ou igual à importância de R\$ 300.000,00, pois esta quantia já estava segurada independentemente da averbação ter sido efetuada nos termos pretendidos pela seguradora.

Em conclusão - a requerida ALLIANZ deve indenizar a autora até o limite da apólice e o excedente de R\$ 23.628,66 (fls. 66) deve ser dividido,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cabendo a autora suportar a metade

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO** o feito, nos termos do artigo 485, IV, do CPC em relação à requerida **AT&M ALTA TECNOLOGIA E MÉTODOS** e condeno a autora no pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, além das custas e despesas do processo.

Por outro lado, **JULGO PROCEDENTE** o pedido em face de ALLIANZ SEGUROS S/A, **condenando-a a pagar à autora**, TS SOLUÇÕES EM TRANSPORTES EIRELI-EPP, a quantia de R\$ 285.629,66 (duzentos e oitenta e cinco reais e seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), com correção a contar da recusa do pagamento (28/06/2017 – cf. fls. 51), mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas processuais e honorários advocatícios ao procurador da autora que fixo em 10% do valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão deverá o vencedor iniciar o cumprimento de sentença nos termos dos artigos 523 e ss do CPC.

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 25 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**